



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SAVANA BRITO FERREIRA

**POLÍTICA DA VISIBILIDADE: AS MULHERES E O
PODER EXECUTIVO EM PERSPECTIVA COMPARADA
– DE FHC A DILMA**

VIÇOSA-MG

2013

SAVANA BRITO FERREIRA

**POLÍTICA DA VISIBILIDADE: AS MULHERES E O
PODER EXECUTIVO EM PERSPECTIVA COMPARADA
– DE FHC A DILMA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Diogo Tourino Sousa

VIÇOSA-MG
2013

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

M

F383p
2013
Ferreira, Savana Brito, 1987-
Política da visibilidade : as mulheres e o Poder Executivo em
perspectiva comparada – de FHC a Dilma / Savana Brito Ferreira. -
Viçosa, MG, 2013.
vii, 49f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Diogo Tourino Sousa.
Monografia (graduação) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f.48-49.

1. Mulheres na política. 2. Poder executivo. 3. Rouseff, Dilma,
1947-. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Ciências
Sociais. Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD 22. ed. 323.340981

SAVANA BRITO FERREIRA

**POLÍTICA DA VISIBILIDADE: AS MULHERES E O
PODER EXECUTIVO EM PERSPECTIVA COMPARADA
– DE FHC A DILMA**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Diogo Tourino Sousa

DATA DA DEFESA: 05 de setembro de 2013

RESULTADO: _____

Banca:

Profª Ma. Tatiana Prado Vargas (DCS – UFV)

Profº Me. Igor Suzano Machado (DCS – UFV)

Profº Diogo Tourino Sousa (DCS – UFV)

DEDICATÓRIA

Às mulheres negras guerreiras, resistentes e lutadoras, Dandaras e Elzas.
Aos seres encantad@s, fadas, doendes, gnomos, sapos, bees, travas...
Às mulheres que jamais deixarão de me inspirar.

AGRADECIMENTO

À minha família, sobretudo mãe e irmão, por garantirem minha permanência na Universidade e respeitarem minhas decisões na trajetória de mudanças de curso.

Às muitas e aos muitos amigos que marcaram minha trajetória acadêmica e pessoal.

Às professoras e professores a quem desejo fazer saber da minha admiração: Diogo Tourino, a quem tive o prazer de ter como orientador, Daniela Rezende, Daniela Alves, Marcelo Oliveira, Douglas Mansur, Vera e Nádia.

Aos companheiros e companheiras que compartilharam uma das coisas mais preciosas que levo da experiência na academia: a militância.

Aos movimentos e grupos dos quais tive o prazer de fazer parte (Movimento Estudantil (DCE-Giramundo), Movimento Feminista (MMM), Grupo de Diversidade Sexual Primavera nos Dentes, Economia Solidária (ITCP), Assessoria de Movimentos Sociais e Observatório de Movimentos Sociais. A estes grupos credito as melhores oportunidades de crescimento pessoal e de formação política que transformaram minha perspectiva profissional e de vida.

À Luíza, Lorena, Anajá, Marina(s), Thalita, Gla, Ellen, Jú, Joanna, Arthur, Kênia e Camila: vocês são os maiores e melhores amores, aconchego, calor e alegria que encontrei na Universidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. MULHER E PODER	10
3. SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO	15
3.1 PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO: EXECUTIVO X LEGISLATIVO	15
3.2 FUNÇÃO E RECURSO POLÍTICO DOS MINISTÉRIOS.....	19
4. AS MULHERES E O EXECUTIVO DE FHC A DILMA	28
5. AS “DAMAS DE FERRO” DO GOVERNO DILMA. QUEM SÃO ELAS?	39
6. DILMA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO EXECUTIVO	43
7. CONCLUSÃO.....	46
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Os Ministérios: atribuições e orçamentos	20
Tabela 2 - Representação nos Ministérios: governo(s) FHC (1994 a 2002)	28
Tabela 3 - Representação nos Ministérios: governo(s) Lula (2003 a 2010).....	30
Tabela 4 - Representação nos Ministérios: governo Dilma (2011 até agosto de 2013)	32
Tabela 5 - População Brasileira por sexo	Erro! Indicador não definido.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Dados População Brasileira por Sexo (IBGE).....	33
Figura 2 - Número de Mulheres chefiando pastas no Executivo por governo	35
Figura 3 - Média do tempo de permanência das mulheres nas pastas (meses).....	36

RESUMO

FERREIRA, Savana Brito. Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2013. Política da visibilidade: as mulheres e o Poder Executivo em perspectiva comparada – de FHC a Dilma. Orientador: Diogo Tourino Sousa.

A representação e a visibilidade de mulheres no Poder Executivo são os temas de estudo propostos para o desenvolvimento do presente trabalho de conclusão de curso que toma como método a apresentação de uma perspectiva comparada. A análise constitui-se de revisão bibliográfica e levantamento de dados quantitativos sobre a ocupação das pastas ministeriais nos governos de FHC, Lula e Dilma. A hipótese examinada é de que a presidente Dilma tenha colocado em prática uma “política da visibilidade” ao aumentar significativamente o número de mulheres em posições-chave na composição do Executivo. A construção dos argumentos partiu da concepção da chamada “política de presença”, que dá ênfase à participação das mulheres nos espaços políticos a partir da perspectiva social. Esse estudo lança olhar sobre a “política de presença” combinada com a análise dos recursos políticos como forma de avançar substantivamente na análise da representação política das mulheres no Executivo Federal Brasileiro de 1994 a 2013.

Palavras-chave: representatividade, mulher, Executivo, política da visibilidade, Dilma

ABSTRACT

FERREIRA, Savana Brito. Universidade Federal de Viçosa, August 2013. Politics of visibility: women and the Executive Branch in comparative perspective - FHC to Dilma. Advisor: Diogo Tourino Sousa.

The representation and visibility of women in the Executive Branch is the subject of study proposed for the development of this work that takes as method the presentation of a comparative perspective. The analysis consists of a bibliographic review and data collection about brazilian's ministries such as FHC's, Lula's and Dilma's. The hypothesis examined is that president Dilma has put in practice a "visibility policy" by significantly increasing the number of women workers in key positions in the Executive composition. The argument's construction took form of the presence policy which gives emphasis on women's participation in political spaces from the social perspective. This study is a look about the presence policy combined with the analysis of political resources as a way to substantively advance in the analysis of the women's politic in the Brazilian Federal Executive from 1994 to 2013.

Keywords: Representativeness, Women, Executive, Political Visibility, Dilma

1. INTRODUÇÃO

A baixa inserção de mulheres na política institucional merece uma profunda reflexão de forma a não reproduzir interpretações simplistas ou preconceituosas (FREIRE, Nilcéa. In: PINHEIRO, 2007, p.13). A construção dos argumentos no estudo em questão parte da concepção da chamada “política de presença”, que dá ênfase à participação das mulheres nos espaços políticos a partir da perspectiva social. Esse estudo lança olhar sobre a “política de presença” combinada com a análise dos recursos políticos como forma de avançar substantivamente na análise da representação política das mulheres.

A observação histórica da política formal revela as desigualdades concretas na qual as mulheres estão submetidas em desvantagem e apresenta os limites da inserção destas nos espaços institucionais de poder e decisão na esfera Executiva do governo. A finalidade deste estudo consiste, nesse caso, em avançar rumo a uma apreciação sobre o papel que lhes tem sido conferido quando inseridas na política institucional.

A análise proposta dá foco à ocupação do Executivo Federal brasileiro tomando como pressuposto a configuração histórica deste como um universo predominantemente masculino. Partimos também da perspectiva de que o jogo político propicia a algumas instituições mais relevância e visibilidade do que outras em termos de estratégias da base do governo, relegando com frequência às mulheres os espaços relacionados às políticas de cunho social. Na discussão da representação das mulheres faz-se necessário então considerar a centralidade de determinados cargos na distribuição dos recursos políticos.

Para fins de apreciação será tomado como referência o período de 1994-2013, abrangendo os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Luís Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores (PT) e Dilma Rousseff, também do PT. Este recorte temporal leva em conta as alterações de poder de agenda e legislação entre Executivo e Legislativo desde a Constituição de 1988 e a conformação de pastas ministeriais firmadas como base de governo a partir do governo FHC.

Deve-se ao significativo poder de agenda do Executivo no sistema político brasileiro que a abordagem desta pesquisa tome como objeto a visibilidade conferida a determinados atores/atrizes políticos de acordo com a ocupação dos Ministérios, estabelecendo comparação entre a distribuição de recursos políticos entre os gêneros nos

respectivos governos. A apreciação também está norteada pelas relações base/oposição e esquerda/direita.

A apresentação das discussões está dividida em seis capítulos, dos quais a introdução constitui o primeiro. O segundo deles, por sua vez, é destinado à discussão sobre mulher e poder, apresentando conceitos importantes como a “política de presença” e a “política do desvelo”, estabelecendo relação entre importantes teorias, a fim de justificar a escolha do viés de abordagem sobre a representação das mulheres no poder.

O terceiro capítulo trata do sistema político brasileiro, tomando como referência as alterações da Constituição de 1988. Apresentamos as principais características do sistema político através da relação entre o Executivo e o Legislativo no intuito de destacar a concentração de poder no Executivo. A partir dessa discussão, avançamos para uma tentativa de apresentar a distribuição do poder Executivo entre os Ministérios e outras pastas que fazem parte dessa composição de poder com base nas suas respectivas atribuições e orçamentos.

No capítulo seguinte estão dispostas as análises sobre a representação das mulheres no Executivo Federal brasileiro, apresentadas sobre o conceito de “política da visibilidade”, proposta deste estudo. Para estabelecer comparação, foram construídas tabelas com informações sobre a composição dos Ministérios e pastas para todo o período dos governos FHC, Lula e Dilma.

Em seguida, no quinto e no sexto capítulos, o governo Dilma é abordado, norteado pelas discussões do capítulo segundo, trazendo as discussões levantadas na candidatura ao pleito presidencial, a execução das políticas para as mulheres durante o mandato e a visibilidade conferida às mulheres na composição do Executivo por Dilma. O sétimo e último capítulo traz nas considerações finais uma breve articulação entre os conceitos apresentados e as análises produzidas.

2. MULHER E PODER

Apesar de terem importantes avanços em vários aspectos, dentre eles o político, as mulheres estão historicamente excluídas de espaços importantes de poder e decisão na esfera pública. Essa exclusão, convertida pelos avanços em baixa visibilidade e representação, é fator estrutural do modo como se organiza a sociedade. Íris Young aponta a diferença de gênero como algo estrutural presente em todas as ações do indivíduo condicionando sua posição social e suas oportunidades (cf. PINTO, 2004, p. 104). A reflexão de Céli Pinto sobre esta perspectiva contribui com a análise em proposição ao advertir que:

“Mesmo concordando com essa ideia, deve-se ter em mente que a estrutura, no entanto, não determina comportamentos e tomada de posição na esfera pública: as condições estruturais certamente determinam, por exemplo, as oportunidades das mulheres na sociedade, mas não se pode daí inferir uma tomada de posição como sujeito político, constituído a partir dos condicionantes estruturais. (...) O problema com essa noção não está na constituição da identidade em si, mas na ideia de que a identidade seja condição para que se possa estabelecer uma política de diferença.” (PINTO, 2004, p. 104).

Mediante a consideração das abordagens de Céli Pinto e Íris Young, o que se deseja apontar é que mesmo existindo uma posição social segundo o gênero a ser levada em conta, esta não deve ser tomada como determinante nas posições assumidas pelas mulheres na esfera pública.

O sentido deste estudo é centrar os argumentos no que Young chama de “perspectiva social” para tratar não do que as mulheres assumem como interesses quando em posições de poder, mas do lugar desigual de onde partem para atingir esse poder (1997, In: MIGUEL, L. Felipe, 2000, p. 96). A autora contribui para o debate ao transferir da perspectiva “interesse” para uma “perspectiva social”. Segundo essa concepção, a representação das mulheres se faria indispensável não por que estas compartilham dos mesmos interesses ou ideias, mas porque partem de uma mesma perspectiva social, que diz respeito à estrutura da atribuição de papéis sociais e políticos conduzindo à desigualdade de direitos e de poder, por sua vez, incompatíveis com a democracia.

Ou seja, na prática, ao mesmo tempo em que não convém inferir garantia de avanços políticos das diversas demandas das mulheres apenas levando em conta a eleição

de uma mulher para a presidência, ou qualquer outra posição de poder¹, convém, de outro ponto de vista, lançar olhares sobre a presença de mulheres nos espaços de poder como elemento importante que coloca a mulher como sujeito político. Não que isso desconsidere a importância da posição assumida quando uma mulher ocupa uma posição de poder, trata-se apenas do recorte escolhido para a abordagem na qual a perspectiva social constitui o ponto de partida para a análise da representação das mulheres no poder. Essa relação fica evidente nos argumentos de Anne Philips ao afirmar que:

A mudança de atitude nos anos 90 revela o rápido desencanto, após a redemocratização, com a prática política tradicional — fenômeno, aliás, que não se restringiu às feministas. É possível dizer que houve o reconhecimento dos limites da “política de idéias” (em que se julga que a identidade do representante possui relevância nula, desde que seu programa incorpore as demandas consideradas relevantes) e um deslocamento em busca de uma “política de presença” (Phillips, 1995).

A autora atribui à democracia liberal a maior valorização da “política de ideias” que legitima a representação numa medida proporcional à que estas forem capazes de refletir as crenças, ideias e demandas dos/as votantes sem importar quem as representa. Assim, a presença política é deixada de lado, pois, as diferenças passam a ser consideradas em termos de ideias em detrimento das posições sociais.

Philips (2001) se contrapõe a essa “política de ideias” argumentando que não pode haver uma subordinação entre quem e o que está representado. Dessa maneira, está tudo bem quanto a ter demandas de mulheres representadas por homens, ou de negros representados por brancos quando o que está em questão é a representação das ideias. Contudo, para a autora, não é legítimo, por sua vez, que uma assembleia que represente determinado grupo em que há diversas etnias seja composta por apenas uma delas, pois não estaria representada a diversidade do grupo.

Como atentamente argumenta Céli Pinto (2004), apesar da defesa dos direitos das mulheres não ser uma condição intrínseca a estas quando em posições-chave, estes direitos tendem a ser mais bem representados por elas do que pelos homens. O perigo desse discurso está na confusão que se faz entre a importância da presença das mulheres na política institucional e a noção de política do cuidado na qual se tende a enquadrá-las.

¹ Por não ser condição intrínseca às mulheres a defesa das demandas de gênero e ainda por não haver uma homogeneidade nos interesses do “grupo”. Ver: PINTO, Céli Regina. *Feminismo, história e poder*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010;

Sobre este aspecto, Diamond e Hartsock fazem a seguinte análise:

“Sob o nome de “política do desvelo” (care politics) ou então de “pensamento maternal”, estas autoras afirmam que as mulheres trariam um aporte diferenciado à esfera política, por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada. A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina, colocando em seu lugar o desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade.” (in: MIGUEL, p. 259-260, 2001).

Essa “política do desvelo” é revelada na prática quando lançamos os olhares para as posições pelas quais as mulheres historicamente começaram a conquistar sua inserção na política institucional, é notável a relação dessa inserção com as políticas sociais. Isso, entretanto, não tem relação com uma identificação natural das mulheres, mas com uma cultura que as tem imposto esse limite de espaço na política.

Afirmar que a defesa das demandas das mulheres tende a ser mais bem representado por elas nada tem a ver com a naturalização de que o papel destas deve ser de cuidado, que este seja o lugar e a contribuição delas na política.

A corrente teórica citada acima, que traz o conceito da “política do desvelo”, segundo Luíz Felipe Miguel (2001), leva a crer que a alteração dos padrões de comportamento na política será a decorrência natural da paridade da presença dos sexos nos foros decisórios. A experiência de mulheres no poder revela, de acordo com o esse autor, que a relação entre gênero e “política do desvelo” nada possui de automática. Margaret Thatcher é citada como um dos exemplos ao adotar uma política bem distante de uma política do cuidado, bem como Zélia Cardoso de Mello quando ministra da economia no governo Collor.

Conforme Luíz Felipe Miguel (2000) o fato das mulheres se ocuparem menos das denominadas *hard politics* e mais das políticas sociais se deve, não a uma relação natural de identificação e escolha, mas a ser este o campo que lhes abre algum espaço. O autor ainda ressalta que, dada a estrutura do campo, estas são as questões de menor prestígio, que exigem a menor quantidade de capital político daqueles que vão tratar delas (MIGUEL, L. Felipe, 2000, p. 96). Esta configuraria então a relação da inserção das mulheres nas

políticas sociais que se contrapõe à naturalização do “pensamento maternal” e do cuidado como inerente às mulheres na atividade política.

O discurso da política do cuidado reforça os papéis sociais e impele a manutenção de uma divisão do trabalho no campo da política que designa para os homens as funções de maior prestígio em termos de recurso e poder. A política do cuidado é antagônica à política de interesses, assim, instituir que esse é o espaço político das mulheres seria, segundo Philips (PHILIPS, 1991, p. 49. In: MIGUEL, 2000, p. 93), mais uma maneira de conservação da subalternidade feminina, uma negação do direito de possuir interesses próprios.

Uma das vias de arguição apresentada por Luíz Felipe Miguel (2000), que coloca em xeque a política do desvelo, contra-argumenta essa falsa ideia de que a atuação das mulheres na política seja naturalmente livre de interesses. Segundo ele, a necessidade da representação das mulheres na política surge no caminho oposto à política desinteressada na medida em que se justifica pela existência de interesses² especiais, ligados ao gênero, diante de um sistema político estruturado de forma a impedir a expressão destes.

As cotas, por sua vez, constituem um instrumento que deve ser reconhecido como avanço rumo à superação desse desnível na distribuição de recursos políticos entre os gêneros.

Sobre a política de cotas, Miriam Pillar Grossi entende que:

“Inseridas no contexto mais amplo das ações afirmativas, a política de cotas é medida que visa alterar variados quadros de desigualdades racial, étnica, sexual, social. As ações afirmativas reconhecem as discriminações existentes e agem no sentido de impedir que as mesmas se perpetuem. No caso das cotas eleitorais por sexo, esta ação afirmativa busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres.” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 167)

Entretanto, os avanços são ainda muito tímidos e a equidade continua distante. A legislação brasileira de cotas não garante, por exemplo, cadeiras no Parlamento, apenas se limita a estabelecer um mínimo de vagas de candidatura para as mulheres dentro dos partidos. Assim, ficam excluídos os cargos preenchidos por eleição majoritária e também os cargos “de confiança” ocupados por critérios políticos no Executivo. As cotas, apesar de

² Ainda que não sejam interesses homogêneos das mulheres enquanto grupo.

sua reconhecida relevância com relação ao debate sobre a equidade dos recursos políticos entre os gêneros, não interferem diretamente³ na composição do Executivo.

³ Embora muitas das mulheres inseridas nas posições-chave do Executivo possuam carreira no Legislativo essa relação entre as cotas e a composição do Executivo Federal não é considerada direta pelo fato da referida política não reservar vagas para o Executivo e nem para o Legislativo.

3. SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

O objeto de estudo carece, sobretudo, das abordagens sobre as características do sistema político brasileiro e, por consequência, do entendimento sobre os poderes de agenda dos atores políticos e instituições que nos permita identificar quais são essas posições que superam a “política do desvelo” se aproximando de uma distribuição mais equânime dos recursos políticos entre homens e mulheres.

3.1 Presidencialismo de coalizão: Executivo x Legislativo

No Brasil vigora o regime presidencialista, multipartidário, com sistema proporcional de lista aberta que organiza o Executivo a partir de grandes coalizões. A relação resultante desta combinação Sérgio Abranches chamou de presidencialismo de coalizão, termo já bastante conhecido e amplamente utilizado nas bibliografias no campo da Ciência Política. Segundo ele:

“É nas combinações mais frequentes entre características institucionais, e não em sua presença isolada, que a lógica e a especificidade de cada modelo emergem. É também aí que se revela a natureza do regime até agora praticado no Brasil. Não existe, nas liberais democracias mais estáveis um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo”. (ABRANCHES, Sérgio, 1988, p. 19)

Por presidencialismo de coalizão Abranches pretendeu indicar a peculiaridade do caso brasileiro a começar pelo entendimento de que a maioria dos regimes democráticos do pós-guerra se diferencia do modelo brasileiro por serem parlamentaristas, até o argumento principal que, diz respeito à necessidade mais ou menos frequente de recurso à formação de grandes coalizões interpartidárias para formação do Executivo.

Entretanto, de acordo com Fernando Limongi,

“Nada autoriza tratar o sistema político brasileiro como singular. Coalizões obedecem e são regidas pelo princípio partidário. O presidente, que teve seu poder institucional reforçado pela Constituição de 1988, detém monopólio sobre iniciativa legislativa, o que aproxima o sistema brasileiro das democracias parlamentaristas europeias.” (LIMONGI, 2006, p.17).

Pontuar a posição de Limongi frente à denominação mais conhecida para o sistema político brasileiro faz-se importante uma vez que o autor constitui um dos teóricos que fundamentam as análises deste estudo. Entretanto, o que importa principalmente para a

construção dos argumentos, são as regras que regulam a distribuição de poder entre o Executivo e o Legislativo. Estas, segundo Argelina Cheibub Figueiredo, diferem diametralmente nas Constituições de 1946 e 1988 (FIGUEIREDO, 2002, p.693). A Constituição de 1988 atribui ao Executivo e aos líderes da coalizão governista formas para agenciar a colaboração no Legislativo.

A Constituição de 1988 outorgou ao Executivo brasileiro a prerrogativa de emitir decretos-leis, as chamadas medidas provisórias, urgência constitucional, veto total ou parcial, exclusividade de proposição de projetos de leis orçamentárias e de administração pública entre outras prerrogativas que fazem deste um dos mais poderosos do mundo do ponto de vista legal⁴. Para Amorim Neto (2006), esse seria um incentivo ao Executivo para agir unilateralmente. O que se distancia do caso do Brasil, na medida em que, está evidente a existência da coalizão e da negociação entre Executivo e Legislativo. A distribuição das pastas ministeriais, objeto do presente estudo, constitui uma das formas dessa negociação.

Conforme Figueiredo e Limongi⁵ (2002), outra vantagem estratégica conferida ao executivo estaria na execução dos gastos previstos pela Lei Orçamentária Anual (LOA) uma vez que esta tem caráter autorizativo e não mandatório. Desse modo, o Executivo, apesar de precisar da aprovação do Congresso para efetuar os gastos, não é obrigado a cumpri-los completamente. Além disso, os autores chamam a atenção ainda para a Lei nº4.320/64, que autoriza o Executivo a realizar, dentro de alguns limites, remanejamento de dotações sem consulta prévia ao Legislativo.

Diante disso afirmam que,

“A participação do Congresso no processo orçamentário, portanto, se dá dentro de limites claros, definidos pelas restrições constitucionais e legais ao direito de emendar e pelos graus de liberdade reservados ao Executivo na proposição e execução do orçamento” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002, p. 315)

Assim, para Figueiredo e Limongi a definição do “orçamento real” fica a cargo do Executivo, uma vez que depende do comportamento efetivo da receita e a própria legislação vigente prevê a promulgação do decreto pelo Executivo para estabelecer o percentual das dotações contingenciais por ministérios. Isto é, “a decisão final quanto à

⁴ Shugart e Carey, 1992, p. 155. In: AMORIM NETO, Antonio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV; Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

⁵ A análise de Figueiredo e Limongi (2002) se distancia da perspectiva de Abranches uma vez que optam por enfatizar a criação de coalizões com bases partidárias e Abranches destaca o conflito institucional entre os poderes, resultando em uma paralisia decisória.

execução do orçamento, respeitado os limites estabelecidos, é transferida para os ministérios” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002, p. 315).

Segue que essa relação entre Executivo e Legislativo na observação de Figueiredo e Limongi se caracteriza por uma complementaridade entre a maioria que domina o Legislativo e o Executivo. Ao determinar as prioridades, o Executivo se mostra em posição estrategicamente favorável, de modo a induzir a cooperação por parte dos congressistas, uma vez que os recursos são distribuídos de acordo com a participação dos partidos no Executivo.

Antonio Amorim Neto e Fabiano Santos, ao analisarem a disciplina partidária de 1946 a 1964, chegam à conclusão segundo a qual “em termos mais gerais, pode-se dizer que o comportamento do Legislativo é também o produto do nível de centralização de recursos e de autoridade constitucional do Executivo Federal”. Ou seja, com a concentração de poder do Executivo, a partir da Constituição de 1988, essa relação estaria ainda mais longe de ser dominada pelos interesses particularistas dos parlamentares. A formação de governo de coalizão no sistema pluripartidário, as atribuições de definição de agenda e o poder legislativo atribuídos ao Executivo contribuem com a organização entre a coalizão e potencializam a cooperação do Legislativo.

Não se pode desconsiderar nessa relação o papel dos partidos políticos que, na perspectiva de Figueiredo e Limongi,

“vai muito além de uma mera acomodação pragmática e não programática dos pleitos dos parlamentares. Partidos assumem posições públicas com relação às políticas perseguidas pelo Executivo. Alguns deles são membros da coalizão governamental, outros fazem oposição ao governo” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002, p. 334).

Os direitos legislativos atribuídos aos líderes partidários fazem com que se torne inviável que os parlamentares ou Executivo desconsiderem o papel dos partidos no jogo político. De acordo com Fabiano Santos (2002), a combinação do sistema presidencialista, representação proporcional de lista aberta e sistema parlamentar fragmentado induz o chefe do Executivo a distribuir pastas ministeriais entre os membros dos principais partidos da coalizão com o objetivo de alcançar maior apoio do Congresso na implementação da sua agenda de políticas públicas. Aos líderes partidários compete harmonizar os interesses individuais dos parlamentares e o posicionamento dos mesmos frente ao Executivo (cf. FIGUEREDO; LIMONGI, 2002).

Fabiano Santos sustenta nos seus argumentos que:

“a transferência de poderes decisórios ao Executivo, que começou no Brasil com o golpe de 1964 e foi posteriormente ratificada pela Constituição de 1988 (ver Pessanha, 1997), cria um forte estímulo para a organização dos deputados federais em partidos parlamentares – o que, por sua vez, aumenta a disciplina e a previsibilidade dos legisladores em plenário *vis-à-vis* o que normalmente ocorria antes de 1964.” (SANTOS, Fabiano. 2002, p. 239)

Estas abordagens colocam em evidência outra vez a forte distribuição de recursos políticos através das pastas ministeriais, que, funcionam como uma negociação do Executivo via partidos políticos em busca de apoio para garantir a aprovação e execução das políticas públicas. Essa negociação é marcada pela atuação dos líderes partidários no Legislativo.

Há que se destacar que não existe uma visão hegemônica sobre a relação Executivo x Legislativo. Os argumentos aqui apresentados configuram uma articulação entre linhas teóricas dos/as autores/as citados/as. Na outra ponta estariam, por exemplo, análises que não atribuem ao Legislativo brasileiro o mesmo grau de disciplina decorrente dessa negociação⁶.

O que interessa ressaltar das interpretações do modelo político brasileiro que foram brevemente levantadas é que, diante do sistema político vigente no país a partir da Constituição de 1988, o Executivo fica caracterizado por uma concentração de poder. Este fator tem relação direta com as ferramentas que este tem a disposição: medidas provisórias⁷, definição de orçamentos e poder de veto⁸.

A aplicação destas ferramentas, no entanto, não fica limitada ao gabinete Executivo, há ministérios que tem como atribuições cuidar do uso de algumas destas ferramentas.

⁶ Ver: Amorim Neto, Octavio. 1998. “Of Presidents, Parties, and Ministers: Cabinet Formation and Legislative Decision Making Under Separation of Powers.” Unpublished Ph.D. dissertation. University of California, San Diego.

⁷ Atos normativos que editam medidas com força de lei, que entram em vigor de imediato.

⁸ Vetar é um ato privativo desses cargos e é usado unicamente para se referir à interrupção do processo legislativo, ou seja, o processo de feitura de uma nova lei. O veto ocorre quando o chefe do executivo determina que um projeto de lei já aprovado pelo legislativo não é de interesse público ou é inconstitucional e que ele - chefe do poder executivo - não o sancionará, ou seja não o tornará válido. Depois de vetado, o projeto de lei volta ao poder legislativo, que pode derrubá-lo através da votação por maioria absoluta. Porém, o Executivo poder vetar os projetos parcialmente, o que propicia que sejam alterados mantendo o que for de interesse do Executivo e vetando apenas o que não for de acordo, ao invés de impedir a concretização dos projetos.

3.2 Função e recurso político dos ministérios

Para tornar possível uma melhor compreensão sobre as posições de poder representadas pelos respectivos ministérios e órgãos que compõem o Executivo Federal optamos por analisá-los em termos dos principais recursos políticos que estes dispõem.

Os recursos políticos serão entendidos a partir das definições de Robert Dahl (1970) segundo as quais recurso político compreende um meio através do qual uma pessoa consegue influenciar o comportamento de outras, caracterizando qualquer meio utilizado por um ator para aumentar as suas possibilidades de atingir o objetivo pretendido. Dinheiro e acesso a organizações são itens que aparecem na teoria de Dahl como formas de recursos políticos (DAHL, 1970). O autor elenca motivos pelos quais o recurso político distribui-se de maneira irregular praticamente em toda a sociedade. Para ele, isso se deve à especialização de funções, diferenciação no acesso aos recursos políticos. Exemplo: o/a chefe do Banco Central tem domínio sobre informações e definição da política monetária do país que sobrepõe o poder deste ao de outros/as ministros/as. Tomando o conceito de recurso político para fins de análise das posições de poder institucional, entendemos que, as atribuições e o orçamento configuram importantes elementos na distribuição de poder entre os ministérios.

As pastas ministeriais já são por si espaços de poder privilegiados do ponto de vista do sistema político. Apresentam como vantagens a definição e execução de políticas públicas. Entretanto, é preciso levar em conta que há diferenças determinantes de poder e decisão entre os diversos ministérios. Os recursos políticos, como previsto na teoria de Dahl, não são igualmente distribuídos entre os ministérios, pois as atribuições são distintas, diferenciam-se de acordo com o tema sobre o qual são responsáveis, havendo aqueles de maior interferência em interesses econômicos e aqueles que tratam de políticas sociais, de maior interesse para a sociedade civil. Assim, deve-se considerar que uns sobressaem-se recebendo mais recursos financeiros e atenção, apresentando maior visibilidade e influência⁹ sobre os rumos da política nacional do que outros.

São 26 os ministérios em exercício¹⁰. Além deles serão consideradas as 10 secretarias, e os outros órgãos superiores dentre os quais configuram: Casa Civil, Gabinete

⁹ Quando falamos em posições-chave é a estes ministérios que estamos nos referindo diante da proposta de análise sobre a representação das mulheres nestas pastas.

¹⁰ Esta informação remete ao momento da pesquisa (agosto de 2013). Disponível em: <<<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura>>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013. No portal

da Presidência da República, Controladoria Geral da União, Banco Central do Brasil, Advocacia Geral da União¹¹.

A seguir, apresentamos a lista dos atuais ministérios e órgãos em questão com suas respectivas atribuições, para que seja possível visualizar os recursos políticos de que dispõem.

Tabela 1 - Os Ministérios: atribuições e orçamentos¹²

MINISTÉRIOS/ÓRGÃOS	ATRIBUIÇÕES	ORÇAMENTO 2013
Advocacia Geral da União	Trata-se do órgão que tem a missão de representar o Brasil em processos judiciais e extrajudiciais. Também tem a função de consultoria e assessoramento jurídico a todo o Poder Executivo (Presidente da República).	*
Banco Central do Brasil	Trata-se de um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda. Quem assume esse órgão é o responsável por ajudar a controlar e manter a taxa de juros no país, já que este é a principal autoridade monetária brasileira.	*
Casa Civil	Esse ministério tem a função de ajudar o governo a gerenciar e integrar todas as suas funções. Além disso, fiscaliza se todas as ações do presidente estão de acordo com a constituição do nosso país. É considerado o ministério mais	*

também é possível encontrar informações históricas sobre as alterações das configurações dos ministérios, criação e extinção.

¹¹ Foram consideradas instituições importantes para esta análise os órgãos com status de ministério.

¹² As informações foram retiradas do portal de governo (<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>). A observação das tabelas merece considerar os aspectos da economia e política nacional. Assim, temas como a agricultura garantem sua relevância diante do seu lugar na economia brasileira, constituindo grande alvo de diferentes interesses de intervenção na política nacional. Sem dúvidas esses interesses estão relacionados a uma série de fatores como a posição partidária (tomando como referência a relação esquerda/direita), mas, independente disso, constituem pastas consideradas posições-chave. As características da política e economia do país, bem como a relação entre os setores público e privado não passam despercebidos nesta análise, pois, estão diretamente relacionados com a relevância de alguns ministérios diante das suas competências.

	importante.	
Controladoria Geral da União	Esse órgão com caráter ministerial tem a função de ajudar o Presidente da República a combater a corrupção.	*
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Tem a função de deixar o Presidente informado sobre todas as ações militares e todas as medidas de segurança tomadas para proteger o país.	*
Ministério da Agricultura	É responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor.	10,5 bilhões
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Tem como competências os seguintes assuntos: política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação; planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia; política de desenvolvimento de informática e automação; política nacional de biossegurança; política espacial; política nuclear e controle da exportação de bens e serviços sensíveis.	9,4 bilhões
Ministério da Cultura	É um órgão da administração pública federal direta que tem como áreas de competência a política nacional de cultura e a proteção do patrimônio histórico e cultural.	3,5 bilhões
Ministério da Defesa	É o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica. Uma de suas principais atribuições é o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País. Gerencia todos os recursos destinados a Marinha, Exército e Aeronáutica.	67,8 bilhões
Ministério da Educação	Política nacional de educação; educação infantil; educação em geral,	81,2 bilhões

	compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária;	
Ministério da Fazenda	Cuida basicamente da formulação e execução da política econômica nacional.	24,3 bilhões
Ministério da Integração Nacional	Conduzir a política de desenvolvimento nacional integrada e dos planos e programas regionais de desenvolvimento. Também é responsabilidade desta pasta gerir a defesa civil nacional; estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais	9,1 bilhões
Ministério da Justiça	Órgão superior da administração federal brasileira que trata das matérias relacionadas com a ordem jurídica, cidadania e garantias pessoais.	11,6 bilhões
Ministério da Pesca e Aquicultura	Formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola.	630 milhões
Ministério da Previdência Social	competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias	362,3 bilhões
Ministério da Saúde	Responsável pela administração e manutenção da Saúde pública do país. Responsável também pela organização e elaboração de planos e políticas	99,2 bilhões

	públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros.	
Ministério das Cidades	Gerencia os investimentos nas zonas urbanas, realiza o planejamento urbano, faz o planejamento de zoneamento e realiza prevenções em áreas de risco dentre outras funções.	25,6 bilhões
Ministério das Comunicações	Tem como suas áreas de competência os serviços de radiodifusão, postais e de telecomunicações, e é responsável por formular e propor as políticas nacionais para estas áreas, bem como a política nacional de inclusão digital. O ministério também é responsável por outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão e supervisionar suas entidades vinculadas como a Anatel.	5,3 bilhões
Ministério das Relações Exteriores	Também chamado de Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores ajuda o Presidente em todos os assuntos que envolvem a política estrangeira. Também é o responsável em assuntos diplomáticos em geral.	2,2 bilhões
Ministério de Minas e Energia	Cuida de todas as nossas riquezas naturais. É o responsável por gerenciar nossos recursos minerais energéticos, áreas de geologia e recursos minerais. Gerencia também o uso das energias hidrelétricas, de petróleo e as áreas de mineração e metalurgia.	10,8 bilhões
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Tem por competências a reforma agrária e reordenamento agrário, regularização fundiária na Amazônia Legal, promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e das regiões rurais e a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das	5,3 bilhões

	comunidades dos quilombos.	
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Promover a inclusão social, a segurança alimentar, a assistência integral e uma renda mínima de cidadania às famílias que vivem em situação de pobreza. Para isso, o órgão implementa inúmeros programas e políticas públicas de desenvolvimento social .	62,1 bilhões
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Formular, executar e avaliar políticas públicas para a promoção da competitividade, do comércio exterior, do investimento e da inovação nas empresas e do bem-estar do consumidor.	2,7 bilhões
Ministério do Esporte	Responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.	3,3 bilhões
Ministério do Meio Ambiente	Promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade.	4,4 bilhões
Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão	Sua função é planejar a administração governamental, planejar custos, analisar a viabilidade de projetos, controlar orçamentos, liberar fundos para estados e projetos do governo.	13,6 bilhões

Ministério do Trabalho e Emprego	Responsável por coordenar todos os projetos que podem render emprego aos trabalhadores brasileiros. Tem a função também de fiscalizar as condições de trabalho, a segurança do trabalho e a saúde do trabalho.	46,5 bilhões
Ministério do Turismo	Tem como principal função desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável para o país. Também tem a missão de desenvolver ao máximo os empregos para inclusão social na área do turismo.	2,7 bilhões
Ministério dos Transportes	Traça todo o planejamento de transportes do país. Também tem a função de designar quais são as prioridades de investimento e quais obras precisam ser feitas e finalizadas com mais urgência.	21,4 bilhões
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República	Assessorar, direta e imediatamente, a presidenta da República, no planejamento nacional e na formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. É dessa pasta que saem os planos e metas de desenvolvimento do país.	336,2 milhões
Secretaria da Aviação Civil	É uma secretaria ligada à Presidência da República que foi criada com o propósito de elaborar estudos, formular e coordenar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil em harmonia com os demais órgãos competentes desse setor.	4,2 bilhões
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República	É responsável pela comunicação do Governo Federal, coordenando um sistema que interliga as assessorias dos ministérios, das empresas públicas e das demais entidades do Poder Executivo Federal.	*
Secretaria de Políticas de	Formulação, coordenação,	54,6 milhões

Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República	acompanhamento e articulação e avaliação de políticas, programas e diretrizes para a promoção da igualdade racial	
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	Compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.	188,8 milhões
Secretaria de Portos da Presidência da República	Formulação de políticas e diretrizes para o fomento do setor, além da execução de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura portuária, com investimentos orçamentários e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Compete ainda à SEP/PR a participação no planejamento estratégico e a aprovação dos planos de outorgas	1,4 bilhões
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	Faz a importante função de ser a “ponte” entre o Poder Executivo e o Legislativo, além de ajudar nas relações com os estados e as cidades. Além disso, coordena o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.	*
Secretaria de Direitos Humanos	Responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil.	366,6 milhões
Secretaria Geral da Presidência da República	Realiza toda uma assessoria ao Presidente. Essa secretaria tem como objetivo organizar toda a agenda futura do Presidente, além de preparar todos os seus pronunciamentos e discursos	*

* informação não encontrada na mesma fonte: (<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>)

Mediante a tabela, a percepção obtida é que, alguns ministérios e secretarias concentram seus recursos políticos nas suas competências, ou seja, áreas de interferência¹³; outros no orçamento para execução das políticas, detendo poder direto de influência sobre a distribuição e liberação de recursos¹⁴; há aqueles que combinam alto grau de recursos políticos nas competências e no orçamento¹⁵; e há ainda os que têm pouca expressão no que se refere aos recursos políticos¹⁶.

Ministérios como o da Fazenda, Defesa, Relações Institucionais, Casa Civil, Planejamento Orçamento e Gestão, Relações Exteriores, Banco Central, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Minas e Energia, Transporte, compõem o quadro dos órgãos Executivos com significativos recursos políticos.

As atribuições da Casa Civil, por exemplo, incluem as determinantes Medidas Provisórias que podem mudar o rumo da política no país. Já o Ministério do Orçamento e Planejamento tem papel determinante sobre as decisões orçamentárias, enquanto Secretarias como as de Políticas para as Mulheres e da Promoção da Igualdade Racial¹⁷ relacionadas à área das políticas sócias tem pouca autonomia para decisões dispendo, em alguns casos de pouco orçamento.

¹³ A Casa Civil e o Ministério da Fazenda são exemplos.

¹⁴ O Ministério da Previdência Social e o Ministério da Saúde são exemplos.

¹⁵ O Ministério da Defesa é um exemplo.

¹⁶ Como a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial

¹⁷ Pouco valorizadas frente aos seus recursos políticos, porém pode ter grande importância representação de acordo com a agenda dos partidos da base da coalizão.

4. AS MULHERES E O EXECUTIVO DE FHC A DILMA

A visibilidade conferida a agentes políticos do sexo feminino no governo Dilma Rousseff constitui importante elemento de análise, que, se vislumbrado a partir da composição do Executivo, dá indícios de uma maior presença das mulheres na ocupação de cargos importantes, usualmente denominados posições-chave¹⁸, aqueles cujo poder de agenda¹⁹ se mostra elevado diante das suas atribuições e domínio sobre a determinação de recursos _ a exemplo da Casa Civil e do Ministério da Fazenda.

A partir das concepções expostas sobre a lógica entre os distintos poderes, atores e instituições é que se pretende produzir análise e argumentos. Para isso, o foco empírico irá recair sobre a análise da composição do Executivo. As principais informações a serem verificadas, acessadas no portal de governo, estão organizadas nas tabelas seguintes²⁰:

Tabela 2 - Representação nos Ministérios durante o(s) governo(s) FHC (1994 a 2002)

<i>ÓRGÃO</i>	<i>PERÍODO</i>	<i>REPRESENTANTE</i>
Advocacia-Geral da União	05/07/1993 a 24/01/2000 31/01/2000 a 10/06/2002 20/06/2002 a 31/12/2002	Geraldo Magela Quintão Gilmar Ferreira Mendes José B. B. de Andrada
Banco Central do Brasil	31/12/1994 a 11/01/1995 11/01/1995 a 13/06/1995 13/06/1995 a 20/08/1997 20/08/1997 a 04/03/1999 04/03/1999 a 01/01/2003	Gustavo Franco Pérsio Árida Gustavo Loyola Gustavo Franco Armínio Fraga
Secretaria Geral da Presidência	01/01/1995 a 01/01/1999	Clóvis de Barros Carvalho
Casa Civil	01/01/1999 a 01/01/2003	Pedro Parente
Corregedoria Geral da União	03/04/2001 a 01/01/2003	Anadyr de M.Rodrigues
Gabinete de Segurança Institucional	01/01/1995 a 12/01/2001 29/01/2001 a 01/01/2003	Luiz Felipe Lampreia Celso Lafer
Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária	01/01/1995 a 02/05/1996 02/05/1996 a 04/04/1998	José Eduardo de A.Vieira Arlindo Porto
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	07/04/1998 a 19/07/1999 19/07/1998 a 01/01/2003	Francisco Sérgio Turra Marcus Vinícius P. Moraes
Secretaria da Ciência e Tecnologia	01/01/1995 a 01/01/1999 01/01/1999 a 21/07/1999	José Israel Vargas Luiz Carlos Bresser Pereira
Ministério da Ciência e Tecnologia	21/07/1999 a 31/12/2002	Ronaldo Mota Sandenberg
Ministério da Cultura	01/01/1995 a 31/12/2002	Francisco Weffort
Ministério da Educação	01/01/1995 a 01/01/2003	Paulo Renato Souza
Ministério da Fazenda	01/01/1995 a 01/01/2003	Pedro Sampaio Malan
Ministério da Integração Nacional	05/06/2002 a 31/12/2002	Luciano Barbosa

¹⁸ Como o exemplo da Casa Civil, chefiada no governo Dilma por Gleisi Hoffman.

¹⁹ O poder de decisão e influência sobre a agenda constitui importante recurso político.

²⁰ A construção das tabelas se deu a partir dos dados encontrados nos portais dos ministérios: <<<http://www2.planalto.gov.br>>>. As marcações escuras indicam ministérios ocupados por mulheres e os nomes das ministras estão em negrito para facilitar a visualização.

Ministério da Justiça	01/01/1995 a 08/04/1997 08/04/1997 a 22/05/1997 22/05/1997 a 01/04/1998 01/04/1998 a 07/04/1998 07/04/1998 a 19/07/1999 19/07/1999 a 14/04/2000 14/04/2000 a 14/11/2001 14/11/2001 a 03/04/2002 03/04/2002 a 10/07/2002 10/07/2002 a 01/01/2003	Nelson Jobim Milton Seligman Iris Rezende José de Jesus Filho Renan Calheiros José Carlos Dias José Gregori Aloysio Nunes Ferreira Filho Miguel RealeJúnio Paulo de Tarso R. Ribeiro
Ministério da Previdência Social	01/01/1995 a 03/04/1998 07/04/1998 a 24/02/2001 12/03/2001 a 08/03/2002 08/03/2002 a 31/12/2002	Reinhold Stephanes Waldeck Ornelas Roberto Brant José Cechin
Ministério da Saúde	01/01/1995 a 06/11/1996 06/11/1996 a 13/12/1996 13/12/1996 a 31/03/1998 31/03/1998 a 20/02/2002 20/02/2002 a 31/12/2002	Adib Jatene José Carlos Seixas Carlos Albuquerque José Serra Barjas Negri
Ministério dos Transportes e Comunicações	01/1995 a 04/1998 01/1998 a 11/1998 01/1999 a 04/2002	Sérgio Motta Luiz Carlos M. Barros João Pimenta da V. Filho
Ministério das Comunicações	04/2002 a 12/2002	Juarez M. Q. do Nascimento
Ministério das Relações Exteriores	01/01/1995 a 12/01/2001 29/01/2001 a 01/01/2003	Luiz Felipe Lampreia Celso Lafer
Ministério de Minas e Energia	01/01/1995 a 31/12/1999 01/01/2000 a 23/02/2001 13/03/2001 a 08/03/2002 03/04/2002 a 31/12/2002	Raimundo Mendes de Brito Rodolpho Tourino Neto José Jorge de V. Lima Francisco L. Sibut Gomide
Ministério Extraordinário de Política Fundiária	30/04/1996 a 04/04/2002 04/04/2002 a 31/12/2002	Raul Jungmann José Abrão
Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo	01/01/1995 a 30/04/1996 06/05/1996 a 30/03/1998 30/03/1998 a 31/12/1998	Dorothea Werneck Francisco Dornelles José Botafogo Gonçalves
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	01/01/1999 a 18/07/1999	Celso Lafer
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	19/07/1999 a 08/09/1999 14/09/1999 a 31/07/2001 01/08/2001 a 31/12/2002	Sérgio Silva do Amaral Clóvis de Barros Carvalho Alcides Lopes Tápias
Ministério Extraordinário do Esporte	1995 a 1998 01/01/1999 a 05/05/2000	Edson Arantes (Pelé) Rafael Greca
Ministério do Esporte e Turismo	09/05/2000 a 08/03/2002 08/03/2002 a 01/01/2003	Carlos Carmo Melles Caio Cibella de Carvalho
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal	01/01/1995 a 01/01/1999 05/01/1999 a 01/01/2002 05/03/2002 a 01/01/2003	Gustavo Krause José Sarney Filho José Carlos Carvalho
Ministério do Planejamento e Orçamento	01/01/1995 a 30/04/1996 04/06/1996 a 30/03/1998	José Serra Antônio Kandir
Ministério do Orçamento e Gestão	30/03/1998 a 30/03/1999 06/05/1999 a 18/07/1999	Paulo de Tarso A. Paiva Pedro Parente
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	19/07/1999 a 03/04/2002 03/04/2002 a 01/01/2003	Martus Tavares Guilherme Gomes Dias
Ministério do Trabalho	01/01/1995 a 31/03/1998 31/03/1998 a 06/04/1998 07/04/1998 a 01/01/1999 01/01/1999 a 08/04/2002 08/04/2002 a 01/01/2003	Paulo de Tarso A. Paiva Antônio Anastasia Edward Joaquim A. Swaelen Francisco Dornelles Paulo Jobim Filho
Ministério dos Transportes	01/01/1995 a 15/08/1996 22/05/1997 a 16/11/2001	Odacir Klein Eliseu Lemos Padilha

	03/04/2002 a 31/12/2002	João Henrique de A. Sousa
Secretaria de Comunicação Social	1995 1995 a 1999 1999 a 2001 2001 a 2003	Roberto Muylaert Sérgio Silva do Amaral Angelo Andrea Matarazzo João Roberto Vieira da Costa
Secretaria de Direitos Humanos	1997 a 2000 2000 a 2001 2001 a 2003	José Gregori Gilberto Vergne Saboia Paulo Sérgio Pinheiro
Secretaria Geral da Presidência da República	1995 a 1998 1999 a 2001 2001 a 2002 2002	Eduardo Jorge Caldas Pereira Aloysio Nunes Artur Virgílio Neto Euclides Scalco

Tabela 3 - Representação nos Ministérios: governo(s) Lula (2003 a 2010)

ÓRGÃO	PERÍODO	REPRESENTANTE
Advocacia-Geral da União	01/01/2003 a 11/03/2007 12/03/2007 a 22/10/2009 23/10/2009 até então	Álvaro A. R. Costa José Antônio D. Toffoli Luís Inácio Lucena Adams
Banco Central do Brasil	01/01/2003 a 31/12/2010	Henrique Meirelles
Casa Civil	01/01/2003 a 21/06/2005 21/06/2005 a 30/03/2010 30/03/2010 a 16/09/2010 16/09/2010 a 31/12/2010	José Dirceu Dilma Rousseff Erenice Guerra Carlos Eduardo Esteves Lima
Corregedoria Geral da União	01/01/2003 a 31/03/2006	Waldir Pires
Controladoria Geral da União	03/04/2006 a 31/12/2010	Jorge Hage
Gabinete de Segurança Institucional	01/01/2003 a 31/12/2010	Celso Amorim
Ministério da Agricultura e Abastecimento	01/01/2003 a 30/06/2006 03/07/2006 a 22/03/2007	João Roberto Rodrigues Luís Carlos Guedes Pinto
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	22/03/2007 a 31/12/2010	Reinhold Stephanes
Ministério da Ciência e Tecnologia	01/01/2003 a 21/01/2004 23/01/2004 a 18/07/2005 19/07/2005 a 31/12/2010	Roberto Amaral Eduardo Campos Sérgio Machado Rezende
Ministério da Cultura	01/01/2003 a 30/07/2008 30/07/2008 a 31/12/2010	Gilberto Gil Juca Ferreira
Ministério da Educação	01/01/2003 a 27/01/2004 27/01/2004 a 01/01/2011	Cristovam Buarque Tarso Genro
Ministério da Fazenda	01/01/2003 a 27/03/2006 27/03/2006 a 31/12/2010	Antonio Palocci Filho Guido Mantega
Ministério da Integração Nacional	01/01/2003 a 31/03/2006 03/06/2006 a 16/03/2007 16/03/2007 a 31/03/2010 31/03/2010 a 31/12/2010	Ciro Gomes Pedro Brito Geddel Vieira Lima João Santana
Ministério da Justiça	01/01/2003 a 16/03/2007 16/03/2007 a 10/02/2010 10/02/2010 a 31/12/2010	Márcio Thomaz Bastos Tarso Genro Luiz Paulo Barreto
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	01/01/2003 a 03/04/2006 03/04/2006 a 31/12/2010	José Fritsch Altemir Gregolin
Ministério da Previdência Social	01/01/2003 a 23/01/2004 23/01/2003 a 22/03/2005 22/03/2005 a 21/07/2005 21/07/2005 a 29/03/2007 29/03/2007 a 03/06/2008	Ricardo Berzoini Amir Lando Romero Jucá Nelson Machado Luiz Marinho

	11/06/2008 a 30/03/2010 31/03/2010 a 31/12/2010	José Barroso Pimentel Carlos Eduardo Gabas
Ministério da Saúde	01/01/2003 a 08/07/2005 08/07/2005 a 31/03/2006 31/03/2006 a 16/03/2007 16/03/2007 a 31/12/2010	Humberto Sérgio Costa Lima José Saraiva Felipe Agenor Álvares José Gomes Temporão
Ministério das Cidades	01/01/2003 a 20/07/2005 21/07/2005 a 31/12/2010	Olívio Dutra Márcio Fortes de Almeida
Ministério das Comunicações	01/2003 a 01/2004 01/2004 a 07/2005 07/2005 a 30/03/2010 31/03/2010 a 31/12/2010	Miro Teixeira Eunício Oliveira Hélio Costa José Artur Filardi
Ministério das Relações Exteriores	01/01/2003 a 31/12/2010	Celso Amorim
Ministério de Minas e Energia	01/01/2003 a 21/06/2005 08/07/2005 a 24/05/2007 21/01/2008 a 31/03/2010 31/03/2010 a 31/12/2010	Dilma Rousseff Silas Rondeau Edison Lobão Márcio Zimmerman
Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/01/2003 a 31/03/2006 03/04/2006 a 31/12/2010	Miguel Rossetto Guilherme Cassel
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	23/01/2004 a 31/03/2010 31/03/2010 a 31/12/2010	Patrus Ananias Márcia Lopes
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	01/01/2003 a 29/03/2007 29/03/2007 a 31/12/2010	Luiz Fernando Furlan Miguel Jorge
Ministério do Esporte e Turismo	01/01/2003 a 31/03/2006	Agnelo Queiroz
Ministério do Esporte	31/03/2006 a 31/12/2010	Orlando Silva
Ministério do Meio Ambiente	01/01/2003 a 15/05/2008 27/05/2008 a 31/03/2010 01/04/2010 a-	Marina Silva Carlos Minc Izabella Teixeira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	01/01/2003 a 18/11/2004 19/11/2004 a 22/03/2005 22/03/2005 a 31/12/2010	Guido Mantega Nelson Machado Paulo Bernardo Silva
Ministério do Trabalho e Emprego	01/01/2003 a 23/01/2004 23/04/2004 a 12/07/2005 12/07/2005 a 29/03/2007 29/03/2007 a 31/12/2010	Jaques Wagner Ricardo Berzoini Luiz Marinho Carlos Lupi
Ministério do Turismo	01/01/2003 a 22/03/2007 23/03/2007 a 03/06/2008 03/06/2008 a 31/12/2010	Walfrido dos Mares Guia Marta Suplicy Luiz Barretto Filho
Ministério dos Transportes	01/01/2003 a 15/03/2004 15/03/2004 a 31/03/2006 03/04/2006 a 29/03/2007 29/03/2007 a 31/03/2010 01/04/2010 a 31/12/2010	Anderson Adauto Pereira Alfredo Pereira do Nascimento Paulo Sérgio Passos Alfredo Pereira do Nascimento Paulo Sérgio Passos
Secretaria de Assuntos Estratégicos	18/06/2007 a 30/06/2009 30/06/2009 a 20/10/2010 20/10/2009 a 31/12/2010	Roberto Mangabeira Unger Daniel Barcelos Vargas Samuel Pinheiro G. Neto
Secretaria de Comunicação Social	2003 a 2005 2005 a 2007 2007 a 2011	Luiz Gushiken Luiz Tadeu Rigo Franklin de Souza Martins
Secretaria de Direitos Humanos	2003 a 2005 2005 a 2006 2006 a 2011	Nilmário Miranda Mário Mamede Filho Paulo de Tarso Vannuchi
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	21/03/2003 a 06/02/2008 20/02/2008 a 31/03/2010 31/01/2010 a 31/12/2010	Matilde Ribeiro Édson Santos Eloi Ferreira Araújo
Secretaria de Políticas para as Mulheres	2004 a 2010	Nilceia Freire
Secretaria de Portos	15/05/2007 a 31/12/2010	Pedro Brito
Secretaria de Relações Institucionais	23/01/2004 a 20/07/2005	José Aldo Rebelo

	20/07/2005 a 31/03/2006 03/04/2006 a 16/03/2007 23/03/2007 a 26/11/2007 26/11/2007 a 28/09/2009 28/09/2009 a 01/01/2011	Jaques Wagner Tarso Genro Walfrido Silvino dos M. G. Neto José Múcio Monteiro Filho Alexandre Rocha Santos Padilha
Secretaria Geral da Presidência da República	2003 a 2010	Luiz Dulci

Tabela 4 - Representação nos Ministérios: governo Dilma (2011 até agosto de 2013)

ÓRGÃO	PERÍODO	REPRESENTANTE
Advocacia-Geral da União	23/10/2009 até-	Luís Inácio Lucena Adams
Banco Central do Brasil	01/01/2011 até-	Alexandre Tombini
Casa Civil	01/01/2011 até 07/06/2011 08/06/2011 até-	Antônio Palocci Gleisi Hoffman
Controladoria Geral da União	01/01/2011 até-	Jorge Hage
Gabinete de Segurança Institucional	01/01/2011 até-	Antônio de Aguiar Patriota
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	01/01/2011 até 17/08/2011 18/08/2011 até 16/03/2013 16/03/2013 até -	Wagner Rossi Mendes Ribeiro Filho Antônio Andrade
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	01/01/2011 até 24/01/2012 24/01/2012 até -	Aloizio Mercadante Marco Antonio Raupp
Ministério da Cultura	01/01/2011 até 13/09/2012 13/09/2012 até -	Ana de Hollanda Marta Suplicy
Ministério da Educação	01/01/2011 até 23/01/2012 24/01/2012 até -	Fernando Haddad Aloizio Mercadante
Ministério da Fazenda	01/01/2011 até -	Guido Mantega
Ministério da Integração Nacional	01/01/2011 até -	Fernando Bezerra Coelho
Ministério da Justiça	01/01/2011 até -	José Eduardo Cardozo
Ministério da Pesca e Aquicultura	01/01/2011 até 10/06/2011 10/06/2011 até -	Ideli Salvatti Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira
Ministério da Previdência Social	01/01/2011 até -	Garibaldi Alves Filho
Ministério da Saúde	01/01/2011 até -	Alexandre Padilha
Ministério das Cidades	01/01/2011 até 02/02/2012 07/02/2012 até -	Mário Negromonte Aguinaldo Ribeiro
Ministério das Comunicações	01/01/2003 até -	Paulo Bernardo
Ministério das Relações Exteriores	01/01/2011 até -	Antonio Aguiar Patriota
Ministério de Minas e Energia	01/01/2011 até -	Edison Lobão
Ministério do Desenvolvimento Agrário	01/01/2011 até 14/03/2012 14/03/2012 até -	Afonso Florence Pepe Vargas
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	01/01/2011 até -	Tereza Campello
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	01/01/2011 até -	Fernando Pimentel
Ministério do Esporte	01/01/2011 até 26/10/2011 27/10/2011 até -	Orlando Silva Aldo Rebelo
Ministério do Meio Ambiente	01/01/2011 até -	Izabella Teixeira
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	01/01/2011 até -	Miriam Belchior
Ministério do Trabalho e Emprego	01/01/2011 até 04/12/2011 30/04/2012 até -	Carlos Lupi Brizola Neto
Ministério do Turismo	01/01/2011 até 14/09/2011 14/09/2011 até -	Pedro Novais Gastão Vieira
Ministério dos Transportes	01/01/2011 até 06/07/2011 07/07/2011 até -	Alfredo Pereira do Nascimento Paulo Sérgio Passos

Secretaria de Assuntos Estratégicos	01/01/2011 até 15/03/2010 22/03/2013 até - (Interino)	Moreira Franco Marcelo Neri
Secretaria de Aviação Civil	18/03/2011 até 15/03/2013 16/03/2013 até -	Wagner Bittencourt Moreira Franco
Secretaria de Comunicação Social	2011 até -	Helena Chagas
Secretaria de Direitos Humanos	2011 até -	Maria do Rosário
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2011 até -	Luiza Barros
Secretaria de Políticas para as Mulheres	2011 até 2012 2013	Iriny Lopes Eleonora Menicucci
Secretaria de Portos	01/01/2011 até -	José Leonidas Menezes Cristino
Secretaria de Relações Institucionais	01/01/2011 a 13/06/2011 13/06/2011 até -	Luíz Sérgio Nobrega de Oliveira Ideli Salvatti
Secretaria Geral da Presidência da República	2011 até -	Gilberto Carvalho

A primeira observação a ser feita diante das tabelas acima apresentadas diz respeito ao persistente desequilíbrio na distribuição dos recursos políticos (por gênero) nas pastas. É importante para esta reflexão atentar para as características da população brasileira, segundo as quais, há, historicamente, mais mulheres do que homens, o que pode ser observado na tabela seguinte:

Figura 1- Dados População Brasileira por Sexo (IBGE)²¹

Abrangência: Brasil Unidade: percentual		
Período	População	
	Sexo masculino	Sexo feminina
1970	49,7	50,3
1980	49,7	50,3
1991	49,4	50,6
1996	49,3	50,7
2000	49,2	50,8
2010	49	51

Associando a análise das tabelas de composição do Executivo Federal com os dados da população brasileira por sexo têm-se as informações como comprovação da exclusão das mulheres dos espaços de poder na esfera executiva, pois, apesar de um notável aumento na presença das mulheres a cada governo, o número de representantes do sexo feminino se manteve pouco expressivo diante do número de pastas ocupadas por homens nos três governos.

²¹ <<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=POP101&t=populacao-sexo-populacao-presente-residente>>>

Outra interpretação que merece alguma atenção é que há mais alterações nos/as representantes por pasta no Governo FHC do que no governo Lula e menos alterações no governo Dilma em relação aos outros dois. Fica sugerida a tendência a diminuir o número de alterações de um governo com relação ao anterior seguindo a sequência FHC – Lula – Dilma, o que por sua vez sugere maior estabilidade na atuação dos ministérios.

Não é o propósito estabelecer uma comparação direta relacionando o número de pastas ocupadas por mulheres em cada governo já que as pastas não são fixas, outras podem ser criadas e as que já existem podem ser alteradas ou extintas durante os mandatos. No governo da Dilma há, por exemplo, um número maior de pastas do que nos outros dois, pois, novas pastas foram criadas a partir do governo Lula. No governo FHC, por sua vez, há menos pastas e mais alterações nas configurações das que já existiam. O efeito disso é que a contagem dos ministérios por nomes faz com que o número de órgãos seja semelhante para os três governos em questão.

Assim, poder-se-ia sugerir a existência de uma relação entre a presença de mais mulheres nas pastas durante o governo Dilma com o fato deste governo apresentar um número total de pastas mais elevado que os outros. Por isso, propusemos a superação desta questão meramente quantitativa através da combinação desta análise com as posições ocupadas pelas mulheres em cada governo. São as pastas criadas recentemente ou as que se mantém como base de garantia da governabilidade desde o início do período em questão? A resposta pode ser encontrada na observação das tabelas 2, 3 e 4.

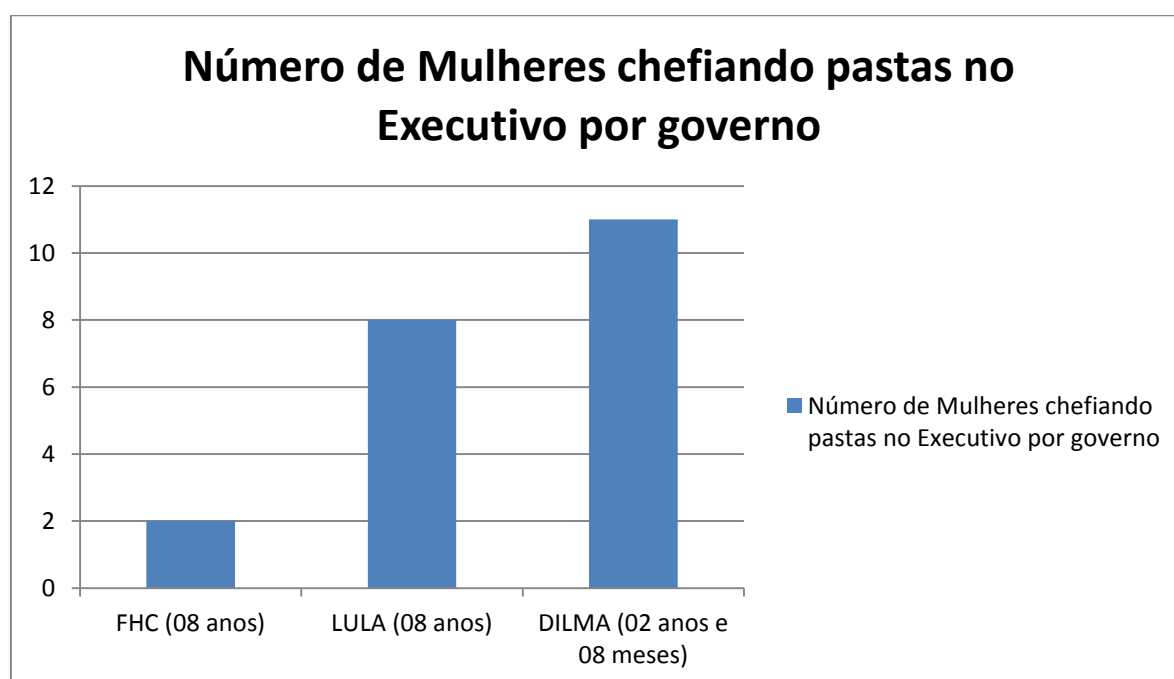
A despeito do governo FHC, para o qual o baixo número de mulheres (02 no total) limita a análise da distribuição destas nas pastas, para os outros dois governos a observação leva a conclusão de que a maioria das mulheres chefiaram ministérios e pastas que existem desde o início do período analisado. A estabilidade na existência das pastas pode ser considerada indício de que constituem historicamente importantes espaços dentro da configuração e da garantia da governabilidade do Executivo Federal.

Apesar do avanço na ocupação de posições-chave pelas mulheres, também foi observado que muitas das pastas recentes estão chefiadas por mulheres no governo Lula e no governo Dilma, como é o caso das Secretarias: de Políticas pela Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. Isso pode tanto indicar uma escolha política diante da importância que estas apresentam para a agenda de cada

governante²², ou pode ser associada à política do desvelo, uma vez que são secretarias de cunho social. Entretanto, ainda que se fizesse opção por não contabilizar as respectivas secretarias na comparação estabelecida, as informações ainda apontariam para uma maior visibilidade conferida às mulheres no Executivo Federal iniciada no governo Lula, mas presente principalmente no governo Dilma. Essa questão poderá ser mais bem compreendida a partir de elementos que surgem nos capítulos 5 e 6.

O gráfico a seguir contabiliza a participação das mulheres nas pastas e o período ocupado:

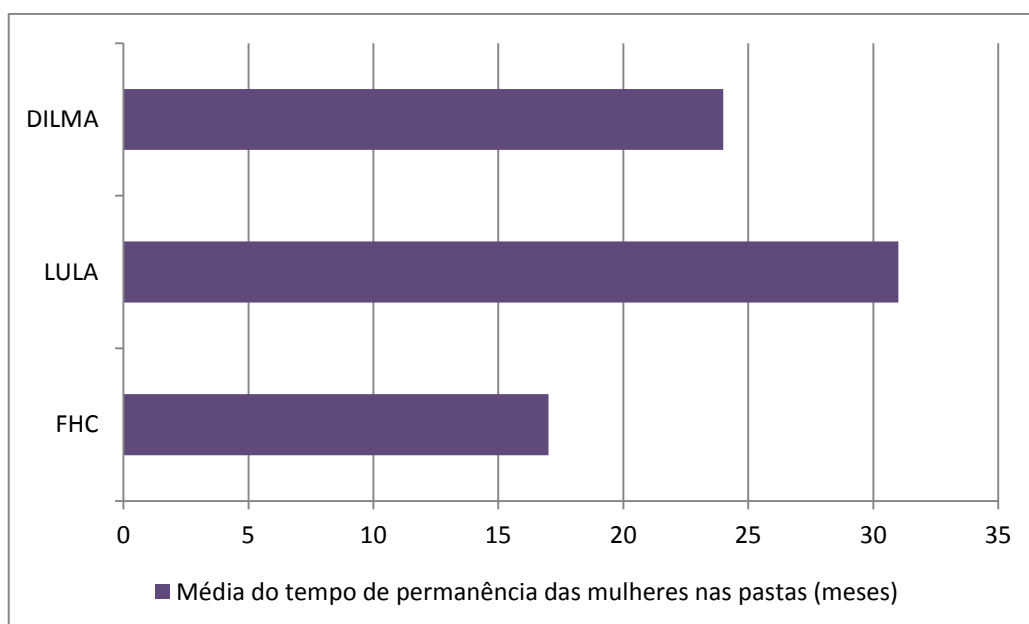
Figura 2 - Número de Mulheres chefiando pastas no Executivo por governo²³



* entre parênteses encontra-se o tempo de permanência de cada governante, importante para estabelecer comparação na evolução da inserção das mulheres no Executivo para cada governo.

²² Mesmo constituindo pastas cujos recursos políticos são pouco elevados diante de outras, as secretarias mencionadas, representam importantes espaços políticos para os governantes que as instituem uma vez que a criação de novas pastas se justifica, geralmente, por interesses em termos de agenda política de cada governo.

²³ O período foi calculado por média do tempo de permanência das ministras, somando o total de tempo que todas as pastas foram chefiadas por mulheres e dividido pelo número de mulheres que chefiaram ministérios para cada governo.

Figura 3 - Média do tempo de permanência das mulheres nas pastas (meses)

* observar a tabela combinada com o tempo de mandato de cada governante sendo respectivamente: FHC (08 anos); Lula (08 anos) e Dilma (02 anos e 08 meses).

Entre alterações, criações e extinções, foram identificadas 38 pastas²⁴ no governo Fernando Henrique Cardoso das quais apenas 02 foram ocupadas por mulheres tendo estas permanecido por um curto período (média de 1 ano e 3 meses) diante do tempo de governo, que abrange dois mandatos totalizando 08 anos.

O número de pastas ocupadas por mulheres no governo FHC é muito pequeno, embora tenham ocupado importantes pastas, ainda que não sejam as de maior destaque e visibilidade não estão ligadas diretamente às políticas de cuidado, portanto, não coadunam com a política do desvelo, segundo a qual o espaço político das mulheres estaria ligado às políticas sociais, mesmo porque, se bem observarmos, não há muitas pastas de cunho social na configuração do Executivo neste governo.

Também entre alterações, criações e extinções de pastas, durante os 08 anos de governo Lula, foram observadas o total de 39 pastas²⁵. Houve neste governo um aumento de 300% no número de mulheres em relação ao governo anterior e também um aumento significativo na média de tempo de permanência das mulheres nas pastas. As pastas que tiveram representação feminina neste governo variam entre as secretarias que tem caráter social, os ministérios com grande recurso político e visibilidade - nunca antes ocupados por

²⁴ Os mandatos de FHC se caracterizam por uma frequência na alteração das pastas ministeriais que por vezes foram principalmente desmembradas.

²⁵ Durante o governo Lula há criação de algumas pastas destacando as de caráter social.

mulheres-, como a Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia²⁶ e outros, menos visíveis, porém importantes, como o Ministério do Turismo.

No mandato de Dilma listamos 37 pastas²⁷, como nos outros entre alterações, criações e extinções, foram 11 mulheres que ocuparam posições-chave em 12 dos ministérios. Ou seja, o número cresceu em relação aos outros dois candidatos. O aumento é significativo, quanto ao número de mulheres e quanto ao tempo, pois, se para os outros dois presidentes foram contabilizados o total de 08 anos de atuação, para Dilma foram contabilizados apenas 02 anos e 08 meses, ou seja, seu governo atingiu um avanço significativo rumo à equidade na representação de poder por gênero (no Executivo) em menos da metade do tempo que seus pares.

A verificação da maior presença de mulheres em posições centrais no Executivo para a condução da agenda política do governo pode ser considerada como um processo de democratização rumo a uma distribuição mais equânime de recursos políticos entre os gêneros? Se forem consideradas as abordagens apresentadas, podemos dizer que sim, pois, partimos como já exposto, da consideração da representação das mulheres como um grupo a partir de sua perspectiva social, e não apenas de grupo com interesses e demandas.

Porém, também seria possível entender o aumento como uma tendência histórica já que houve um aumento significativo na passagem de um governo para o outro no recorte apresentado. A análise observou dados para 5 mandatos (os dois primeiros e consecutivos de FHC, na sequência dois mandatos de Lula e por último e ainda em exercício o mandato de Dilma), contudo o aumento não é percebido de um mandato para o outro, mas de um governante para o outro. Entender esse fenômeno passa então pela relação esquerda/direita²⁸ e o pelo comportamento de tais segmentos com relação à representação das mulheres no poder.

A autora Mary Ferreira (2004) ao observar dados sobre a inserção das mulheres no senado federal relativo às eleições de 2002 concluiu que:

“Nas análises sobre a representação feminina no Senado Federal (Quadro II) não se pode deixar de evidenciar o fato de que 60 % da bancada

²⁶ Interessa notar que a representante que passou por estes importantes ministérios foi Dilma Rousseff.

²⁷ E esse número se deve menos a alterações como nos mandatos de FHC e mais à criação de novas pastas.

²⁸ Embora hoje esteja sendo rediscutido o sentido de direita e esquerda, a literatura política considera partidos de esquerda, aqueles cuja origem representam os anseios de segmentos excluídos que se contrapõem a interesses de grupos hegemônicos marcado pelas relações capitalista. Característica na qual o Partido dos Trabalhadores se enquadra e que até a bem pouco tempo se constituía uma quase unanimidade (FERREIRA, 2004).

feminina eleita pertence ao Partido dos Trabalhadores. (...) A maioria das senadoras eleitas representa partidos considerados de esquerda trazendo assim, elementos para novas análises de pesquisadores dessa área” (FERREIRA, 2004).

A análise sobre a Câmara Federal segue a mesma linha:

“Na representação partidária, a bancada que mais elegeu mulheres na Câmara Federal a exemplo do que já ocorreu no Senado foi o PT. Das 42 deputadas eleitas, 14 pertencem aos quadros do Partido dos Trabalhadores. As outras 28 estão divididas entre o PFL e PSDB (cada um elegeu 6 deputadas), o PMDB e PC do B também elegeram 4 deputadas cada um), o PSB e o PTB (elegeram 2 deputadas, cada) e o PDT, PSD, PST e PPB cada um desses partidos elegeu 1 deputada.” (FERREIRA, 2004).

Nas conclusões da autora, o PT e a esquerda despontam como atores que se destacam quando o assunto é a inserção das mulheres nos espaços de poder, o que também pode ser observado nas análises que produzimos sobre a composição do Executivo, já que os governos Lula (PT) e Dilma (PT) apresentaram maiores índices de presença das mulheres do que o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Essa observação encontra-se limitada, entretanto, por apresentar um recorte temporal pequeno e por não oferecer os dados para outros governos considerados de direita como é o caso do PSDB.

5. AS “DAMAS DE FERRO” DO GOVERNO DILMA. QUEM SÃO ELAS?

O termo “Dama de Ferro”²⁹ faz referência a um filme³⁰ produzido com o enredo da vida de Margaret Thatcher, ex-primeira ministra da Inglaterra. O fato de Thatcher ser conhecida por este termo está ligado ao seu modo de conduzir a política do país. A ex-primeira ministra é considerada “linha dura” e protagonista de uma quebra de estereótipo da forma de agir das mulheres em posição de poder, pois não há nada de “doce” (brando; delicado) ou desinteressado na sua forma de agir, como poderia se esperar no caso de considerar a naturalização do papel reconhecido historicamente e socialmente para o gênero feminino na sociedade.

À Dilma também foi atribuído, por veículos da mídia³¹, o termo cunhado para descrever Margaret Thatcher. E mais do que isso, o termo foi estendido para o seu arsenal feminino na chefia dos ministérios. Em um dos portais a notícia foi veiculada da seguinte maneira: “Donas de posições-chave no governo Dilma, mulheres de confiança ajudam presidente a comandar o Brasil. Primeira mulher a governar País, Dilma põe elas para dirigir da Casa Civil até a Petrobras”³². Resta-nos entender qual a relação que foi estabelecida entre tais mulheres para a atribuição do termo.

O objetivo deste capítulo era desvendar a relação das mulheres que estiveram em posições-chave com os seus respectivos presidentes/a, elemento chave na comparação. Para isso, lançaríamos mão da relação base/oposição, esquerda/direita e também dos partidos representados por mulheres nas pastas, a fim de identificar em que medida a presença destas no poder Executivo deveria ser creditada a FHC, Lula ou Dilma. Entretanto, o tema abordado é a representação das mulheres no poder e a hipótese levantada está direcionada à posição de Dilma enquanto representante feminina como Chefe de Estado, por isso, a opção foi feita por centrar a análise sobre a posição assumida por esta e sua relação com as ministras, levando em conta a relação base/oposição.

Uma vez afirmada a maior inserção de mulheres em posições-chave no Executivo durante o governo Dilma, convém questionar o que determina suas respectivas presenças nas pastas: Dilma e sua posição partidária ou representam a vontade de outros partidos na base da coalizão?

²⁹ O termo original é *iron lady*.

³⁰ Trata-se de um filme britânico, que estreou em 2011, dirigido por Phyllida Lloyd.

³¹ Ver: <http://expresso.sapo.pt/as-damas-de-ferro=f799447>; http://www.sinduscon-río.com.br/sindusletter/sindusletter_170413/n27.htm.

³² Ver: <http://fmcapital.com.br/portal/news/7639-as-damas-de-ferro-do-brasil.html>.

Para responder a esta questão, apresentamos a seguir um levantamento de informações³³ sobre as chamadas “damas de ferro”³⁴ do governo Dilma:

- **Gleisi Hoffman**, atual ministra da **Casa Civil**, iniciou sua caminhada política no movimento estudantil e filiou-se em 1989 ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi a primeira senadora representante do estado do Paraná e está licenciada do senado para a função. Sua entrada no ministério se deu em um momento crítico, quando substituiu Antonio Palocci acusado de corrupção;
- **Miriam Belchior**, atual ministra do **Planejamento Orçamento e Gestão**, acumula no seu histórico passagens pela assessoria especial do presidente Lula, subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil e coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em substituição a Dilma quando esta saiu para candidatar-se a presidência;
- **Graça Foster**³⁵, executiva de carreira da **Petrobras**, foi diretora de Gás e Energia da empresa antes de ser indicada por Dilma e se tornar a primeira mulher no mundo a presidir uma companhia petrolífera;
- **Ideli Salvatti**, atual ministra das **Relações Institucionais**, foi a primeira mulher eleita senadora de Santa Catarina, ajudando a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) no estado. Por sua defesa ao governo, foi escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ocupar por duas vezes a função de Líder do Governo no Congresso. Ideli Salvatti também foi quatro vezes Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado;

³³ As informações foram retiradas do portal do governo na página de cada Ministério.

³⁴ Esse termo tem sido utilizado pelos meios de comunicação para se referir às ministras.

³⁵ A presidência da Petrobrás não aparece nas tabelas e na comparação uma vez que não compõe o quadro de ministérios, porém a indicação de Graça Foster por Dilma é um dos destaques de visibilidade política conferida a mulheres e por isso apontada nesse levantamento das damas de ferro do governo Dilma.

- **Helena Chagas**, ministra da **Secretaria da Comunicação Social**, foi quem coordenou a campanha eleitoral de Dilma Rousseff ao Planalto em 2010;
- **Tereza Campelo**, atual ministra do **Desenvolvimento Social** foi uma das protagonistas da equipe que colocou em operação o Programa Bolsa Família no governo Lula, trabalhou com a presidente Dilma Rousseff no Rio Grande do Sul e assumiu o ministério com a chegada de Dilma ao poder;
- **Izabella Teixeira** que permanece desde o governo Lula à frente do **Ministério do Meio Ambiente**, não apresenta em seu histórico relação com o Partido dos Trabalhadores ou com a presidenta;
- **Luíza Barros** possui histórico de atuação no Movimento Negro Unificado (MNU), sendo a articuladora do grupo de mulheres deste movimento. Ela foi convidada pela presidenta Dilma a chefiar a **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**;
- **Elleonora Menicucci** é filiada ao Partido dos Trabalhadores, também convidada por Dilma, chefia a **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. A ministra Elleonora assumiu a SPM substituindo **Iriny Lopes**, (PT) que saiu para pleitear a prefeitura de Vitória no Espírito Santo.
- **Marta Suplicy** é senadora licenciada, filiada ao PT. Foi prefeita de São Paulo e ministra do Turismo antes de assumir o **Ministério da Cultura** substituindo **Ana de Hollanda**;
- **Maria do Rosário** (PT) já exerceu cargos na direção do partido, ministra da **Secretaria de Direitos Humanos** ocupa também uma cadeira na Câmara Federal. Nas eleições de 2010, Maria do Rosário coordenou o

Programa de Governo da candidata Dilma Rousseff nas áreas de Direitos Humanos, Educação e Políticas para as Mulheres.

A maioria das ministras do governo Dilma, que apresentam atualmente grande visibilidade no jogo político³⁶, segundo as informações levantadas, compõem o quadro de filiadas do PT e/ou possuem relação direta com o histórico da presidenta tendo a inserção nas pastas por indicação desta³⁷. Nenhuma das ministras foi identificada como indicação de outros partidos da base aliada do governo. Ou seja, a presença de um número maior de mulheres em posições-chave sugere o entendimento de um compromisso com a distribuição mais equânime do poder entre homens e mulheres no Executivo Federal por parte de Dilma e do PT³⁸, artifício para o qual atribuímos o termo “política da visibilidade”.

A “Política da Visibilidade” é resultado da articulação entre a postura de garantia da presença das mulheres no poder³⁹ e o grau elevado de recursos políticos das posições ocupadas por elas quando caracterizando posições-chave que extrapolam a política do desvelo.

A visibilidade a qual nos referimos parece ter uma forte relação com o que teria inspirado a mídia a denominar Margaret Thatcher, Dilma e as Ministras de “damas de ferro”. Apesar de assumirem linhas de atuação políticas bastante distintas e talvez até opostas, essas mulheres parecem ter algo em comum: inseridas em um universo historicamente masculino, assumem posições de poder visíveis e posturas que fogem ao estereótipo de mulher.

³⁶ Inclusive é notável, através das informações constantemente veiculadas pela mídia sobre as posições do Executivo a respeito de diversos aspectos da política nacional que aparecem com maior frequência mulheres, sendo principalmente as ministras: Ideli Salvatti, Gleisi Hoffman e Míriam Belchior.

³⁷ A única exceção, para a qual não foi encontrada nem a relação com Dilma e nem com o PT é a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira.

³⁸ Vale ressaltar que durante o governo Lula também foi percebido um salto rumo a equidade de gênero na distribuição dos recursos políticos no Executivo Federal.

³⁹ Consideradas partir da perspectiva social como já foi discutido no capítulo 2 quando tratamos sobre a política da presença.

6. DILMA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO EXECUTIVO

Embora a “política da visibilidade” encontre amparo principalmente na “política de presença” e na superação da “política do desvelo” por tratar da análise de uma demanda específica e histórica das mulheres, o reconhecimento da mulher enquanto sujeito político nos espaços institucionais de decisão, convém resgatar que isso não se justifica por uma sobreposição a “política de ideias”, como fez questão de ressaltar Anne Phillips, não deve haver subordinação entre o que e quem está representado. Assim, as questões que se encontram na ordem dos interesses e ideias, ou seja, a representação da diversidade de demandas das mulheres por políticas públicas no governo Dilma será levantada brevemente pelos desdobramentos do capítulo que segue.

A candidatura e eleição de Dilma para a presidência foram alvo de críticas e estimularam inúmeras discussões ideológicas sobre a representação de mulheres no poder. Ela foi apontada e desqualificada pelas investidas de setores da direita como tutelada de Lula na disputa para a sucessão. Dilma não foi a primeira candidata à presidência⁴⁰, nem a primeira mulher a ser desqualificada e considerada tutelada de algum político do sexo masculino. Esse fenômeno pode ser observado com frequência nas candidaturas femininas.

A desqualificação de concorrentes em eleições é comum ao jogo político. Porém, quando se trata de candidaturas femininas a desqualificação apresenta uma base patriarcal, conservadora e machista, como no caso de Dilma, que teve, inclusive, sua sexualidade questionada, uma vez que, tais acusações poderiam atingir diretamente sua credibilidade diante da sua base de coalizão composta por partidos de caráter religioso e conservador.

A história invisível⁴¹ de Dilma, que precede sua candidatura à presidência, na luta política da esquerda, à frente de pastas de grande importância como a Casa Civil e Minas e Energia⁴² e na chefia do Programa de Aceleração do Crescimento⁴³ sugere uma relação com a hipótese confirmada neste estudo sobre o significativo crescimento do número de mulheres com posições-chave no Executivo.

Superando as investidas de disputa eleitoral, um dos questionamentos surgidos na disputa ideológica sobre representação feminina no poder diz respeito à sobreposição da “política de ideias” à “política de presença”, interrogando em que medida a presença de

⁴⁰ Outras 05 mulheres já foram candidatas ao cargo apesar da maioria delas ter tido pouca visibilidade nas eleições: Ana Maria Rangel (PRP) em 2006; Heloisa Helena (PSOL-PSTU-PCB) também em 2006; Livia Maria Pio (PN) em 1989); Marina Silva (PV) em 2010 e Thereza Ruiz (PTN) 1998.

⁴¹ Ou, intencionalmente ignorada.

⁴² Nunca antes chefiadas por mulheres.

⁴³ Carro-chefe do governo Lula.

Dilma, enquanto mulher na presidência, significaria avanços efetivos para as demandas das mulheres. Entre os diversos argumentos levantados nesse período destacam-se, os já mencionados na discussão do capítulo sobre mulher e poder: pertencer a um grupo não indicaria que qualquer indivíduo fosse representá-lo ao ocupar uma posição de poder; a não possibilidade de se considerar a existência de uma unidade de interesses por parte das mulheres, mas sim a diversidade deles.

Sobre essa perspectiva, Céli Regina Pinto desenvolve seu argumento de que a presença da mulher na arena pública de decisão em geral, ou na política está sempre sujeita ao questionamento de quais mulheres queremos nestes cenários, se todas elas, independente de suas posições políticas, classe e reconhecimento como sujeito político ou as que defendem causas feministas. A resposta das militâncias feministas e outras tende a ser positiva para a segunda parte da questão, segundo Pinto. Entretanto, ela faz questão de destacar que ter mulheres nas posições-chaves da política:

“não garante que as mulheres tenham se eleito com plataformas feministas ou que sejam feministas. Mesmo assim é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens, independente da posição política, ideológica e mesmo da inserção no movimento feminista” (PINTO, 2010, p. 18).

Apesar da posição de Céli Pinto, têm surgido críticas de setores feministas que indicam maiores avanços na constituição de políticas para mulheres durante o Governo Lula. Contudo, essa é uma questão difícil de mensurar, pois, diante dos aspectos do jogo político levantados no capítulo 3 não seria suficiente que fizéssemos um levantamento das políticas constituídas, pois, essa análise torna-se refém das relações de poder estabelecidas na conformação do governo, ou seja, das respectivas bases de coalizão que caracterizaram o governo Lula e o governo Dilma que extrapolam as perspectivas deste estudo. A delimitação dessa questão é então admitida como um apontamento para futuras análises que a adotem como objeto.

Nesse caso, apenas para não ser negligente com a importância das demandas, sobrepondo presença a interesses, convém adotar duas linhas de observações sobre a posição política de Dilma, uma que contemple as posições e agenda adotadas, no que diz respeito à equidade de gênero para a disputa eleitoral e; outra que se ocupe de um levantamento das políticas para mulheres constituídas e/ou fomentadas durante a execução do mandato.

Seguindo a primeira linha de observação é preciso considerar que sua campanha esteve atrelada a interesses diversos diante da base de coalizão⁴⁴ da qual fez parte, alvo de muitas críticas da esquerda por limitar a posição frente a temas de especial relevância como a legalização do aborto. Esta se apresentou como uma das principais questões que permearam a candidatura de Dilma, marcada uma grande insatisfação de muitos grupos e movimentos feministas. Por outro lado, a candidata se comprometeu com outras pautas rumo à equidade de gênero e garantiu que daria lugares institucionais privilegiados para as mulheres na política a partir da composição do Executivo.

A segunda linha sugerida também carrega o peso das limitações impostas pela coalizão do governo. As políticas públicas para as mulheres se mostraram tímidas quanto a temas como a legalização do aborto. Apesar de ter constituído e fortalecido uma série de políticas o governo restringiu os avanços a áreas de menor controvérsia para a coalizão. As atenções foram voltadas a políticas de caráter maternal e reprodutivo⁴⁵ até programas que asseguram crédito a agricultoras e leis que visam à regulamentação do trabalho doméstico.

Entretanto, a despeito da timidez com as políticas públicas e com relação ao objeto de estudo proposto por esta análise, o governo Dilma se mostrou decidido a potencializar a presença das mulheres nas posições-chave do Executivo, o que fica evidente a partir das comparações estabelecidas nos capítulos anteriores.

⁴⁴ Partidos conservadores e de direita como o PMDB e ligados a interesses religiosos como o PSB e o PSC.

⁴⁵ A Rede Cegonha constituiu um programa que foi alvo de muitas críticas dos setores feministas. Segundo as críticas a Rede Cegonha, configurada como principal política pública de saúde para as mulheres do governo consistia em um retrocesso diante do histórico à questão da integralidade da saúde da mulher, limitando-se à questão maternal em detrimento das questões da saúde lésbica, das mulheres que não desejam ser mães, entre outras questões.

7. CONCLUSÃO

A presença de mulheres no Executivo é abordada a partir da “política de presença” que contesta a sobreposição da “política de ideias” ou “interesses” assinalando a importância da representação das mulheres no poder a partir de uma “perspectiva social”.

A essa abordagem se somam as características do sistema político brasileiro, a relação entre o Executivo e o Legislativo, a distribuição de poder e o jogo político apontando a concentração de poder no Executivo a partir da Constituição de 1988 e demonstrando o lugar de grande acesso a recursos políticos que as pastas ministeriais ocupam. Estes argumentos justificam os olhares da comparação sobre os ministérios e a representação de mulheres nestes espaços durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

Os recursos políticos são contabilizados, para tal, em termos das atribuições e orçamentos dos ministérios. Assim, há algumas pastas que se destacam por concentrar mais poder e orçamento para interferir na política nacional como a Casa Civil, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e outras que se destacam por uma grande visibilidade política, como a Secretaria de Relações Institucionais.

A principal observação a partir da comparação estabelecida entre a composição do Executivo nos três governos é que o número de mulheres cresce no governo do Lula com relação ao governo do FHC e no governo da Dilma com relação ao governo Lula. Todavia, durante o governo Dilma se destacam mais mulheres e em posições de maior destaque (alto grau de visibilidade e recursos políticos) fazendo parte da estratégia de seu governo rumo à equidade de gênero. A esse fenômeno chamamos “política da visibilidade”.

A “política da visibilidade” é desdobramento das reflexões sobre a valorização da presença da mulher nos espaços de poder a partir da perspectiva social, isto é, do lugar desigual de onde as mulheres partem para atingir o poder. Trata-se também da valorização dos recursos políticos que são disponibilizados nas posições institucionais que tais mulheres acabam por ocupar. O termo indica assim, uma superação da “política do desvelo” na medida em que se refere à ocupação de posições importantes que extrapolam a questão do cuidado historicamente atribuído às mulheres na sociedade e por consequência na política.

A depender do que se colocar em questão, a principal contribuição deste estudo pode ser, ao mesmo tempo, sua principal limitação: o foco à presença das mulheres no poder enquanto demanda histórica das mulheres fazendo, para isso, separação entre essa

demanda e as demais. Pois, para se atingir uma equidade de gênero deve-se considerar a não automaticidade na associação entre: mulheres no poder e a representação de demandas. Assim, ainda que as condições da subordinação da representação política entre homens e mulheres estejam em transformação, há diversos aspectos relevantes que ainda perduram, como a violência contra as mulheres. E, estes dependem, sobretudo, da valorização da representação de demandas das mulheres o que não pode ser garantido apenas por uma “política de presença”.

Além disso, apesar da constatação de avanços na distribuição dos recursos políticos entre os gêneros, a representação das mulheres no Executivo Federal está ainda longe de se aproximar da equidade se colocamos em questão a proporção populacional entre homens e mulheres no país.

Por fim, faz-se necessário apontar que durante o período elaboração das reflexões aqui apresentadas houve uma importante alteração que merece ser mencionada. Foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que determina que o Executivo Federal libere recursos para despesas inseridas no Orçamento da União por deputados e senadores, conhecidos como emendas parlamentares individuais. Essa mudança interfere no jogo político entre Executivo e Legislativo tratado no capítulo 03, implicando na perda de algumas vantagens de poder para o Executivo no controle da execução das políticas públicas.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sergio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados: Revista de Ciências Sociais, vol. 31, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, pp. 3-55.

AMORIM NETO, Antonio. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV; Konrad Adenauer Stiftung, 2006.

AMORIM NETO, Antonio; SANTOS, Fabiano. *A Conexão Presidencial: Facções Pró e Antigoverno e Disciplina Partidária no Brasil*. DADOS, v.44, n.2, Rio de Janeiro, 2001.

DAHL, Robert. *A moderna análise política*. São Paulo: Lidador, 1970.

FERREIRA, Mary. *Do voto feminino à Lei das Cotas: a difícil inserção das mulheres nas democracias representativas*. Revista Espaço Acadêmico, nº 37, junho de 2004. Disponível em: << <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cferreira.htm>>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Instituições e política no controle do Executivo*. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 44, nº4, 2001, pp. 689 a 727.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. *Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária*. DADOS - Revista de Ciências Sociais: Rio de Janeiro, Vol. 45, nº2, 2002, pp. 303-344.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando & VALENTE, Ana Luzia. *Governabilidade e concentração de poder institucional: o Governo FHC*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 11(2): 49-62, out. 1999.

GROSSI, Míriam Pilar; MIGUEL, Sônia Malheiros. *Transformando a diferença: as mulheres na política*. Estudos Feministas, n 1, 2001.

LIMONGI, Fernando. *A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. *Novos Estudos*, 76: novembro de 2006, p. 17-41.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. *Revista Lua Nova*, nº 44, 1998.

_____. *Poder de Agenda e Políticas substantivas*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Limongi/Poder_de_Agenda_e_Politicas_Substantivas.pdf>>. Acesso em: 20 de agosto de 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. *Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina"*. *Estudos Feministas*, ano 9, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria política Feminista e liberalismo: O caso das cotas de Representação*. *RBCS Vol. 15 no 44 outubro/2000*.

PHILIPS, Anne. *De uma política de ideias a uma política de presença?*. *Estudos Feministas*, n 1, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Presidência da República. 2007.

PINTO, Céli Regina. *Feminismo, história e poder*. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v.18, n.36, p. 15-23, jun. 2010.

_____. *Espaços deliberativos e a questão da representação*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, nº54, fevereiro/2004, pp. 97-114.

SANTOS, Fabiano. *Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão*. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp. 237 a 264.

<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estrutura>

<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros/ministerios>